

# Quadro comparativo da Medida Provisória nº 535, de 2 de junho de 2011

1

Lei nº 10.836, de 9 de janeiro de 2004	Medida Provisória nº 535, de 2 de junho de 2011
	Institui o Programa de Apoio à Conservação Ambiental e o Programa de Fomento às Atividades Produtivas Rurais; altera a Lei nº 10.836, de 9 de janeiro de 2004, e dá outras providências.
	<b>A PRESIDENTA DA REPÚBLICA</b> , no uso da atribuição que lhe confere o art. 62 da Constituição, adota a seguinte Medida Provisória, com força de lei:
	<b>CAPÍTULO I DO PROGRAMA DE APOIO À CONSERVAÇÃO AMBIENTAL</b>
	Art. 1º Fica instituído o Programa de Apoio à Conservação Ambiental, com os seguintes objetivos:
	I - incentivar a conservação dos ecossistemas, entendida como sua manutenção e uso sustentável; e
	II - promover a cidadania, a melhoria das condições de vida e a elevação da renda da população em situação de extrema pobreza que exerce atividades de conservação dos recursos naturais no meio rural nas áreas definidas no art. 3º.
	Parágrafo único. A execução do Programa de Apoio à Conservação Ambiental ficará sob a responsabilidade do Ministério do Meio Ambiente, ao qual caberá definir as normas complementares do Programa.
	Art. 2º Para cumprir os objetivos do Programa de Apoio à Conservação Ambiental, a União fica autorizada a transferir recursos financeiros a famílias em situação de extrema pobreza que desenvolvam atividades de conservação de recursos naturais no meio rural, conforme regulamento.
	Parágrafo único. Fica atribuída à Caixa Econômica Federal a função de Agente Operador do Programa de Apoio à Conservação Ambiental, mediante remuneração e condições a serem pactuadas com o Governo Federal.
	Art. 3º Poderão ser beneficiárias do Programa de Apoio à Conservação Ambiental as famílias em situação de extrema pobreza que desenvolvam atividades de conservação nas seguintes áreas:
	I - Florestas Nacionais, Reservas Extrativistas federais e Reservas de Desenvolvimento Sustentável federais;
	II - de projetos de assentamento florestal, projetos de desenvolvimento sustentável ou projetos de assentamento agroextrativista instituídos pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA; e

# Quadro comparativo da Medida Provisória nº 535, de 2 de junho de 2011

2

Lei nº 10.836, de 9 de janeiro de 2004	Medida Provisória nº 535, de 2 de junho de 2011
	III - outras áreas rurais definidas como prioritárias por ato do Poder Executivo.
	§ 1º O Poder Executivo definirá os procedimentos para a verificação da existência de recursos naturais nas áreas de que tratam os incisos I a III.
	§ 2º O monitoramento e controle das atividades de conservação ambiental nas áreas elencadas nos incisos I a III ocorrerão por meio de auditorias amostrais das informações referentes ao período de avaliação, ou outras formas, conforme previsto em regulamento.
	Art. 4º Para a participação no Programa de Apoio à Conservação Ambiental, a família interessada deverá atender, cumulativamente, às seguintes condições:
	I - encontrar-se em situação de extrema pobreza;
	II - estar inscrita no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal; e
	III - desenvolver atividades de conservação nas áreas previstas no art. 3º.
	Art. 5º Para receber os recursos financeiros do Programa de Apoio à Conservação Ambiental, a família beneficiária deverá:
	I - estar inscrita em cadastro a ser mantido pelo Ministério do Meio Ambiente, contendo informações sobre as atividades de conservação ambiental; e
	II - aderir ao Programa de Apoio à Conservação Ambiental por meio da assinatura de termo de adesão por parte do responsável pela família beneficiária, no qual serão especificadas as atividades de conservação a serem desenvolvidas.
	§ 1º O Poder Executivo definirá critérios de priorização das famílias a serem beneficiadas, de acordo com características populacionais e regionais e conforme disponibilidade orçamentária e financeira.
	§ 2º O recebimento dos recursos do Programa de Apoio à Conservação Ambiental tem caráter temporário e não gera direito adquirido.
	Art. 6º A transferência de recursos financeiros do Programa de Apoio à Conservação Ambiental será realizada por meio de repasses trimestrais no valor de R\$ 300,00 (trezentos reais), na forma do regulamento.
	Parágrafo único. A transferência dos recursos de que trata o <b>caput</b> será realizada por um prazo de até dois anos, podendo ser renovada.

# Quadro comparativo da Medida Provisória nº 535, de 2 de junho de 2011

3

<b>Lei nº 10.836, de 9 de janeiro de 2004</b>	<b>Medida Provisória nº 535, de 2 de junho de 2011</b>
	Art. 7º São condições de cessação da transferência de recursos do Programa de Apoio à Conservação Ambiental:
	I - não atendimento das condições definidas nos arts. 4º e 5º e nas regras do Programa, conforme definidas em regulamento; ou
	II - habilitação do beneficiário em outros programas ou ações federais de incentivo à conservação ambiental.
	Art. 8º O Poder Executivo instituirá o Comitê Gestor do Programa de Apoio à Conservação Ambiental, sob a coordenação do Ministério do Meio Ambiente, com as seguintes atribuições, sem prejuízo de outras definidas em regulamento:
	I - aprovar o planejamento do Programa, compatibilizando os recursos disponíveis com o número de famílias beneficiárias;
	II - definir a sistemática de monitoramento e avaliação do Programa; e
	III - indicar áreas prioritárias para a implementação do Programa, observado o disposto no art. 3º.
	Parágrafo único. O Poder Executivo definirá a composição e a forma de funcionamento do Comitê Gestor.
	<b>CAPÍTULO II DO PROGRAMA DE FOMENTO ÀS ATIVIDADES PRODUTIVAS RURAIS</b>
	Art. 9º Fica instituído o Programa de Fomento às Atividades Produtivas Rurais, com os seguintes objetivos:
	I - estimular a geração de trabalho e renda; e
	II - promover a segurança alimentar e nutricional dos seus beneficiários.
	§ 1º O Programa de Fomento às Atividades Produtivas Rurais será executado em conjunto pelos Ministérios do Desenvolvimento Social e Combate à Fome e do Desenvolvimento Agrário, conforme regulamento.
	§ 2º O Programa de Fomento às Atividades Produtivas Rurais será executado por meio da transferência de recursos financeiros não reembolsáveis e da disponibilização de serviços de assistência técnica.
	Art. 10. Poderão ser beneficiários do Programa de Fomento às Atividades Produtivas Rurais:
	I - agricultores familiares, silvicultores, aquicultores, extrativistas e pescadores que se enquadrem nas disposições da Lei nº 11.326, de 24 de julho de 2006; e

# Quadro comparativo da Medida Provisória nº 535, de 2 de junho de 2011

4

<b>Lei nº 10.836, de 9 de janeiro de 2004</b>	<b>Medida Provisória nº 535, de 2 de junho de 2011</b>
	II - outros grupos populacionais definidos como prioritários por ato do Poder Executivo.
	Art. 11. Para a participação no Programa de Fomento às Atividades Produtivas Rurais, a família interessada deverá atender, cumulativamente, às seguintes condições:
	I - encontrar-se em situação de extrema pobreza; e
	II - estar inscrita no Cadastro Único de Programas Sociais do Governo Federal.
	Art. 12. Para o recebimento dos recursos financeiros do Programa de Fomento às Atividades Produtivas Rurais, a família beneficiária deverá aderir ao Programa por meio da assinatura de termo de adesão pelo seu responsável, contendo o projeto de estruturação da unidade produtiva familiar e as etapas de sua implantação.
	§ 1º No caso de beneficiários cujas atividades produtivas sejam realizadas coletivamente, o projeto poderá contemplar mais de uma família, conforme regulamento.
	§ 2º O Poder Executivo definirá critérios de priorização das famílias a serem beneficiadas, conforme aspectos técnicos e de disponibilidade orçamentária e financeira.
	§ 3º O recebimento dos recursos do Programa de Fomento às Atividades Produtivas Rurais tem caráter temporário e não gera direito adquirido.
	Art. 13. Fica a União autorizada a transferir diretamente ao responsável pela família beneficiária do Programa de Fomento às Atividades Produtivas Rurais os recursos financeiros no valor de até R\$ 2.400,00 (dois mil e quatrocentos reais) por família, na forma do regulamento.
	§ 1º A transferência dos recursos de que trata o <b>caput</b> dar-se-á em, no mínimo, três parcelas e no período máximo de dois anos, na forma do regulamento.
	§ 2º Na ocorrência de situações excepcionais e que impeçam ou retardem a execução do projeto, o prazo a que se refere o § 1º poderá ser prorrogado em até seis meses, conforme regulamento.
	§ 3º Fica atribuída à Caixa Econômica Federal a função de Agente Operador do Programa de Fomento às Atividades Produtivas Rurais, mediante remuneração e condições a serem pactuadas com o Governo Federal.

# Quadro comparativo da Medida Provisória nº 535, de 2 de junho de 2011

5

<b>Lei nº 10.836, de 9 de janeiro de 2004</b>	<b>Medida Provisória nº 535, de 2 de junho de 2011</b>
	Art. 14. A cessação da transferência de recursos no âmbito do Programa de Fomento às Atividades Produtivas Rurais ocorrerá em razão da não observância das regras do Programa, conforme regulamento.
	Art. 15. O Poder Executivo instituirá o Comitê Gestor do Programa de Fomento às Atividades Produtivas Rurais com as seguintes atribuições, sem prejuízo de outras definidas em regulamento:
	I - aprovar o planejamento do Programa, compatibilizando os recursos disponíveis ao número de famílias beneficiárias; e
	II - definir a sistemática de monitoramento e avaliação do Programa.
	Parágrafo único. O Poder Executivo definirá a composição e a forma de funcionamento do Comitê Gestor.
	<b>CAPÍTULO III DAS DISPOSIÇÕES FINAIS</b>
	Art. 16. O Poder Executivo definirá em regulamento o conceito de família em situação de extrema pobreza, para o efeito da caracterização dos beneficiários das transferências de recursos a serem realizadas no âmbito dos Programas instituídos nesta Medida Provisória.
	Art. 17. A participação nos Comitês previstos nesta Medida Provisória será considerada prestação de serviço público relevante, não remunerada.
	Art. 18. Os recursos transferidos no âmbito do Programa de Apoio à Conservação Ambiental e do Programa de Fomento às Atividades Produtivas Rurais não comporão a renda familiar mensal, para o efeito de elegibilidade nos programas de transferência de renda do Governo Federal.
	Art. 19. As despesas com a execução das ações dos programas instituídos por esta Medida Provisória correrão à conta de dotação orçamentária consignada anualmente aos órgãos e entidades envolvidos em sua implementação, observados os limites de movimentação, empenho e pagamento da programação orçamentária e financeira anual.
	Art. 20. O inciso II do art. 2º da Lei nº 10.836, de 9 de janeiro de 2004, passa a vigorar com a seguinte redação:
Art. 2º Constituem benefícios financeiros do Programa, observado o disposto em regulamento: .....	

## Quadro comparativo da Medida Provisória nº 535, de 2 de junho de 2011

6

Lei nº 10.836, de 9 de janeiro de 2004	Medida Provisória nº 535, de 2 de junho de 2011
II - o benefício variável, destinado a unidades familiares que se encontrem em situação de pobreza e extrema pobreza e que tenham em sua composição gestantes, nutrizes, crianças entre 0 (zero) e 12 (doze) anos ou adolescentes até 15 (quinze) anos, sendo pago até o limite de 3 (três) benefícios por família; .....	“II - o benefício variável, destinado a unidades familiares que se encontrem em situação de pobreza e extrema pobreza e que tenham em sua composição gestantes, nutrizes, crianças entre zero e doze anos ou adolescentes até quinze anos, sendo pago até o limite de cinco benefícios por família; e” (NR)
	Parágrafo único. O aumento do número de benefícios variáveis atualmente percebidos pelas famílias beneficiárias, decorrente da alteração prevista no <b>caput</b> , ocorrerá nos termos de cronograma a ser definido em ato do Ministro de Estado do Desenvolvimento Social e Combate à Fome.
	Art. 21. Esta Medida Provisória entra em vigor na data de sua publicação.